



**DENISE PEREIRA  
MARISTELA CARNEIRO  
(ORGANIZADORAS)**

# **O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2**

**Atena**  
Editora

Ano 2020



**DENISE PEREIRA  
MARISTELA CARNEIRO  
(ORGANIZADORAS)**

# **O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2**

**Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Karine de Lima

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

B823 O Brasil dimensionado pela história 2 [recurso eletrônico] /  
 Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta  
 Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (O Brasil Dimensionado pela  
 História; v. 2)

Formato: PDF  
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader  
 Modo de acesso: World Wide Web  
 Inclui bibliografia  
 ISBN 978-85-7247-915-8  
 DOI 10.22533/at.ed.158201501

1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise.  
 II. Carneiro, Maristela. III. Série.

CDD 981.65

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Um Brasil, muitos “Brasis”. A própria necessidade de descrever o plural entre aspas aponta para o obrigatório caráter de singularidade que vem com definições como país, nação e território nacional. Entretanto, há algo de profundamente idealista, simplificador e até mesmo pueril a respeito dessa singularização obrigatória. Países, a final, são químicas de muitos compostos e processos, raramente fáceis de delinear.

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiosincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes “Brasis”, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
“O DIA EM QUE O CACIQUE” ENTOOU “UMA VOZ SOBERANA NO AR”: UM SAMBA DA VAI-VAI E DA NENÊ COMO LINGUAGEM DE PROTESTO EM TEMPOS SOMBRIOS	
<a href="#">Emerson Porto Ferreira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
APONTAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS SOBRE AS ORIGENS E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
<a href="#">Danne Vieira Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
CEARENSES OU PIAUIENSES? REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE NA VILA DE AMARRAÇÃO NO LITORAL DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XIX	
<a href="#">Marcus Pierre de Carvalho Baptista</a>	
<a href="#">Francisco de Assis de Sousa Nascimento</a>	
<a href="#">Elisabeth Mary de Carvalho Baptista</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
CAMINHOS DA HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS	
<a href="#">Éder da Silva Novak</a>	
<a href="#">Maria Simone Jacomini Novak</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1989-2009): 20 ANOS DE HISTÓRIA	
<a href="#">Marina Carolina Rezende Costa</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
JUSTIÇA ESTATAL E JUSTIÇA NEGOCIADA: FURTO DE GADO, AÇÃO PENAL E JUSTIÇA NÃO ESTATAL NO BRASIL (1860- 1899)	
<a href="#">Lucas Ribeiro Garro Lourenço</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>70</b>
INTERFACE ENTRE FOUCAULT E BUTLER: CAMINHOS PARA SE PENSAR OS CORPOS, SEXUALIDADES/GÊNEROS, PRÁTICAS DE SI, E RESISTÊNCIAS	
<a href="#">João Marcelo de Oliveira Cezar</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>80</b>
MARANHÃO, A ÚLTIMA CRUZADA ENCANTARIA SEBASTIÂNICA E ESCRITOS CAVALEIRESCOS MEDIEVAIS	
<a href="#">Marcus Baccega</a>	

**DOI 10.22533/at.ed.1582015018**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

HISTÓRIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO EM PAULO FRONTIN - PR

[Welerson Fernando Giovanoni](#)

[Michel Kobelinski](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1582015019**

**CAPÍTULO 10 ..... 110**

O POBRE: AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA EM FINS DO SÉCULO XIX

[Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150110**

**CAPÍTULO 11 ..... 119**

OS FRANCISCANOS E OS GENTIOS NO BRASIL COLONIAL – A SERVIÇO DA FÉ E DA COROA

[Peter Johann Mainka](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150111**

**CAPÍTULO 12 ..... 148**

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”: UM GUIA PARA A METODOLOGIA?

[Francilene Ramos Lourenço Soares](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150112**

**CAPÍTULO 13 ..... 157**

A PRODUÇÃO FÍLMICA “ARAGUAIA: CAMPO SAGRADO” E A INTERPRETAÇÃO DE SUA NARRATIVA

[Marcondes da Silveira Figueiredo Júnior](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150113**

**CAPÍTULO 14 ..... 176**

O PENSAMENTO ANARQUISTA NA IMPRENSA ANARQUISTA DURANTE AS CRISES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

[Pedro Rachid de Paula Reino](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150114**

**CAPÍTULO 15 ..... 187**

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO LULISMO (2003-2010)

[Nathan dos Santos Alves](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150115**

**CAPÍTULO 16 ..... 198**

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS PACTOS DA BRANQUITUDE

[Adelina Malvina Barbosa Nunes](#)

[Margareth Diniz](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150116**



<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>208</b>
O ENSINO DA HISTÓRIA, ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA ESCOLAR	
<a href="#">Antonio Carlos Figueiredo Costa</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15820150117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>217</b>
O TRAÇADO DA GUERRA: A CARICATURA COMO ARMA NA GUERRA DO PARAGUAI (1864 – 1870)	
<a href="#">Theo de Castro e Carneiro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15820150118</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>229</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>230</b>

## O ENSINO DA HISTÓRIA, ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA ESCOLAR

Data de aceite: 05/12/2019

**Antonio Carlos Figueiredo Costa**

Universidade do Estado de Minas Gerais

Ibirité – Minas Gerais

**RESUMO:** Propõe-se discutir o distanciamento que há entre a produção historiográfica constituída sob os ‘muros’ das universidades e o ‘chão’ da escola. Entende-se que o caminho sinuoso entre pesquisas acadêmicas que inauguraram novos paradigmas nas últimas décadas, não foram absorvidas pelas disciplinas que veiculam a História nas escolas. Ainda que em termos meramente propedêuticos, são sugeridas que as potencialidades heurísticas surgidas pela convergência de historiografias venham possibilitar novos enfoques junto à cultura histórica escolar. A aproximação das agendas de pesquisa entre as universidades brasileiras, européias e norte-americanas renovaram radicalmente o entendimento acerca dos tempos pretéritos, com especial destaque para o período colonial, baliza temporal que foi percorrida pelos cultores de uma história de matiz tradicional, nacionalista e romântica, a qual prezou por apresentar o panteão de heróis de uma elite proprietária, branca e cristã. Essa galeria de ‘varões de Plutarco’ obscureceu,

face à restrição sutilmente imposta na ribalta histórica, o protagonismo de alguns atores, como negros, índios, mestiços, mulheres e trabalhadores. Uma auspiciosa possibilidade de mudança seria investir nos temas transversais constantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) para o ensino fundamental de História. A sugestão é que a partir das propostas desses temas transversais poderá surgir um diálogo enriquecedor e criativo entre a história acadêmica e a disciplina escolar, bem como um melhor entendimento da formação social brasileira. A História torna-se mais significativa quando consegue aos contemporâneos tornar-se realmente filha do seu tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia; Ensino de História; Cultura histórica.

### THE TEACHING OF HISTORY, BETWEEN HISTORIOGRAPHIC PRODUCTION AND SCHOOL CULTURE

**ABSTRACT:** It is proposed to discuss the distance between the historiographical production constituted under the ‘walls’ of the universities and the ‘floor’ of the school. It is understood that the winding path between academic researches that inaugurated new paradigms in recent decades has not been absorbed by the disciplines that convey history in schools. Although in purely propaedeutic terms, it is suggested that the heuristic potentialities

arising from the convergence of historiographies may enable new approaches to the historical school culture. The approach of the research agendas between the Brazilian, European and North American universities radically renewed the understanding about the past times, with special emphasis on the colonial period, a time frame that was followed by the cultivators of a history of traditional, nationalist and romantic hue. , who prized for presenting the pantheon of heroes of a proprietary, white and Christian elite. This gallery of 'Plutarco's men' has obscured, given the subtly imposed constraint on the historic spotlight, the protagonism of some actors, such as blacks, Indians, mestizos, women, and workers. An auspicious possibility of change would be to invest in the cross-cutting themes contained in the National Curriculum Parameters (PCN's) for elementary school history. The suggestion is that from the proposals of these transversal themes, an enriching and creative dialogue can emerge between academic history and school discipline, as well as a better understanding of Brazilian social formation. History becomes more meaningful when it succeeds in making contemporaries truly become the children of their time.

**KEYWORDS:** Historiography; History teaching; Historical culture.

## 1 | INTRODUÇÃO

A História torna-se mais significativa quando consegue aos contemporâneos apresentar-se efetivamente como filha do seu tempo. Esse tem sido o grande desafio dos historiadores, desde o momento no qual a História consolidou sua identidade, após seu 'divórcio' com a Filosofia. Com métodos próprios que proporcionaram a aquisição de certos núcleos de cientificidade (VEYNE, 1995) instituídos à forma de balizas metodológicas ao longo do século XIX, os quais vieram a permitir sua autonomização enquanto campo de conhecimento, a produção historiográfica conheceu uma série de insurgências no decorrer do século XX, quando o materialismo histórico aportou às universidades, bem como quando os *Annalistas* levantaram sua bandeira contra o 'positivismo' rankeano, ao final da década de 1920. Assim, marxistas e *annalistas* vem protagonizando, a grosso modo, as conquistas na seara de *Clio* desde então, com o constante surgimento dos chamados novos temas, novos problemas e novos objetos, aos quais se agregam em tempos mais recentes os chamados 'acordes historiográficos' (BARROS, 2011).

Tendo enfrentado constantes crises, havendo mesmo um momento nos qual até já foi declarada, de forma um tanto açodada, o seu próprio fim (no sentido hegeliano daquilo que se entende por história), conforme estampado no ensaio de Francis Fukuyama (FUKUYAMA, 1992), a ciência histórica, ao que parece, nunca esteve tão viva e pujante, às vezes percebida como 'em migalhas' (DOSSE, 1992), é certo, outras vezes instada a prover com respostas que não possui, por estas dizerem respeito ao futuro, mero 'horizonte de expectativas' (KOSELLECK, 1993) para os cultores de *Clio*, labutem ou não pelo manancial de possibilidades epistemológicas aberto pela história dos conceitos. Seguro é que, apesar de reiteradas declarações

dos historiadores acerca dos seus objetos de estudo, deixando claro que tratam do passado, ou ainda, do ‘presente do passado’, tornou-se rotina sua presença na mídia, bem como nas consultorias no cinema e na televisão, e até se pode afirmar ser fato corriqueiro nessas décadas iniciais do século que um livro de História, classificado portanto como obra de ‘não ficção’, figure nas listas dos mais vendidos, mesmo em países de pouca tradição no trato com a cultura histórica.

Por outro lado, percebe-se a História escolar como relegada a um segundo plano entre as disciplinas do currículo oficial. Seu espaço é restrito, seus materiais muitas vezes inadequados, e não raro, ficam resumidos ao livro didático. Compreender processos e entender conceitos, condições essenciais a que sejam adequadamente apresentadas a evolução cultural da humanidade, parece algo muito distante da realidade dos alunos (KARNAL, 2003). Assim, entre o universo cultural desses alunos – e nos referimos aqui aos alunos como um todo, sem nenhuma referência a qualquer classe social – e o patrimônio cultural que a escola pretende lhes apresentar, abre-se um abismo. Nesse contexto parecem haver diversos estreitamentos ou barreiras que se opõe ao fluxo dos contributos científicos disponibilizados pelas universidades, sejam esses provenientes da formação de professores, sejam ainda sob os avanços historiográficos que passaram a afrontar os tradicionais paradigmas que, tradicionalmente persistentes, insistem em impor-se à história escolar.

## 2 | UM CAMINHO SINUOSO ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA HISTÓRICA

A História cumpriu um importante papel na afirmação do Império do Brasil. Assim, logo na segunda década após a declaração de independência, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ao lado da Academia Nacional de Belas Artes e de uma literatura de cunho romântico e nacionalista, forjou-se com algum sucesso, uma certa identidade que atendia aos interesses das elites nativas e do novel trono ao qual essas haviam oferecido suas garantias de sustentabilidade alinhadas sob o conservadorismo dos Saquaremas. O Império fundado nos trópicos americanos oferecia uma cômoda imagem de tranquilidade institucional, porém integrado à Europa por meio do trabalho escravo, condição sine qua non para a produção agrícola. A elite saquarema, conservadora e maior fiadora da autoridade imperial, plasmara sua idéia de nação, espécie de cópia embaçada dos países europeus, estabelecendo uma tripla condição para o exercício da cidadania: ser proprietário, branco e cristão. Preenchidos esses critérios, poderia se dizer que alguém era oriundo de uma ‘boa família’, estando *a priori*, abertas algumas possibilidades de ascensão às posições sociais de prestígio.

O primeiro grande historiador do Império, o diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen, tornado Visconde de Porto Seguro, era amigo do Imperador, com o qual se correspondia, e sua obra maior, a ‘História Geral do Brasil’, recebeu uma transposição didática da lavra de Joaquim Manuel de Macedo, que tomou o nome de

*Lições de História do Brasil*. Essas lições levadas à prensa desde 1861, circularam nos ambientes escolares de maior prestígio, como o Imperial Colégio de Pedro II, bem como em outros estabelecimentos de ensino, até muitas décadas após a morte do autor e da queda do Império, recebendo atualizações de autores de renome, como Rocha Pombo e Olavo Bilac.

Tratava-se de uma narrativa aos moldes de Varnhagen: racista, conservadora, quando não reacionária, anti-povo, de grandes nomes elevados às alturas de ‘varões de Plutarco’. Para completar, oferecia uma narrativa em tom monocórdio, que não admitia contestações, dizendo sempre amém aos poderosos. Essa forma de pensar a História no livro didático recebeu, em certos momentos de rompimento institucional, como na Ditadura iniciada em 1964, a concorrência de uma nova disciplina: a Educação Moral e Cívica (EMC). A EMC, como nos informa Selva Guimarães Fonseca (2011, p.16-17), fora estabelecida desde 1961, como prática educativa, ou seja, algo que, ao contrário de uma disciplina, não possuía uma prática sistemática, mas “visava à formação de hábitos do educando, de uma maneira abrangente, envolvendo os vários aspectos desta formação, perpassando pelas várias disciplinas.” (2011, p.37). Mas estava chocado o ‘ovo da serpente’. Após o golpe de Estado de 1964, e sob a ótica da doutrina de segurança nacional, ocorreu a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica no currículo escolar, *pari passu* à descaracterização e ao esvaziamento do ensino de História.

Ora, a História é construção crítica do passado e não cabe limitá-la a parâmetros tão estreitos quanto à idealização de uma formação da pátria, ou ao desfile triunfante de heróis agraciados pelas simpatias dos interesses de passagem, após resgatados das espessas brumas através dos registros deixados a ver à posteridade pelo campo de experiência. Aliás, ressalte-se, a verdade na história é de cunho subjetivo, pois o historiador realiza escolhas face ao *corpus* documental em que se debruça. E é imerso nas ruínas do passado no qual opera, nas suas idas e vindas aos tempos pretéritos, que o presente do passado se re-alinha com as interrogações mantidas pelo presente vivido. Aí a História se faz filha do seu tempo, ou, como certa vez escreveu Lucien Febvre, “é em função da vida [que a História] interroga a morte” (1977, p.225-226). Esse é o momento no qual Reinhart Koselleck entende haver uma guerra civil semântica pelo sentido dado aos conceitos: lembramos aqui de Democracia, República, Liberdade, etc..., em conflitos que reiteradamente ocorrem no presente vivido.

Em momento de globalização assimétrica, enfatizamos aqui o caso brasileiro, torna-se de especial importância que ocorra um fundamentado debate nos ambientes escolares visando a demonstrar que, há séculos, foi possível que uma ‘nobreza da terra’ participasse ativamente da governança do imenso Império Ultramarino Português, e que, para exemplificar, os negros escravizados não serviram unicamente como força bruta aos esforços colonizadores, mas atuaram com seu conhecimento de mestres da siderurgia, da agricultura tropical e da pecuária extensiva, para que as dispersas capitânicas então existentes, pudessem ser integradas à lógica comercial do

capitalismo nascente. Ora, isso fez toda a diferença, tornando os portugueses, homens de clima temperado, o primeiro povo europeu a prosperar nos trópicos. Cabe ainda esclarecer que a mulher – fosse ela negra, branca ou indígena – desempenhou um papel de relevância e protagonismo na expansão ultramarina ibérica, conforme demonstraram as pesquisas seminais de historiadores como Charles Ralph Boxer (BOXER, 1977). Em suma, dar prosseguimento ao que se debate na academia deve passar pelo oferecimento ao emprego nas escolas, substituindo os tradicionais paradigmas cunhados para o nosso período colonial, por historiadores brasileiros, de Varnhagen a Fernando Novais, passando por Caio Prado Júnior – Conforme sugerido por Maria Fernanda Baptista Bicalho (BICALHO, 2007) – e explorar o manancial composto pelo instrumental teórico-metodológico saído da lavra de historiadores como A.J.R. Russel-Wood, Antonio Manuel Hespanha, João Fragoso, entre tantos outros, além obviamente, daqueles que atualmente se dedicam à História das civilizações africanas e do Oriente.

Seria sob esse entendimento que se torna mais fácil perceber os usos possíveis do conhecimento do passado a interferir na sociedade do presente, em combate ao racismo e aos resquícios do patriarcalismo. Da mesma forma, fica colocada como no passado descortinado pelas pesquisas históricas, a afirmação dos poderes locais, que na presente conjuntura, poderão atuar contra as imposições do capitalismo monopolista, em suas imposições de controle sócio-metabólico da humanidade (Mészáros, 2014).

### **3 | O APRENDIZADO HISTÓRICO E A ORIENTAÇÃO TEMPORAL DA VIDA PRÁTICA**

Em uma de suas últimas obras, o saudoso historiador Eric J. Hobsbawm dizia que a maioria dos jovens não mantém qualquer sentimento de pertencimento ao passado público. A fala de Hobsbawm aparece assim:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. (1995, p.13).

Ora, as implicações imediatas dessa constatação são tão conhecidas quanto variadas, porém suas consequências mais duradouras apresentam-se nefastas à memória, ao patrimônio, e ao próprio sentido para a vida. Tratamos aqui de um conhecimento que se encontra articulado à cultura histórica. Cabe observar que, de acordo com Astor Antonio Diehl (2002), a cultura histórica possui uma amplitude que abrange pensar historicamente além dos cânones da historiografia, o que significa que

inclui historiadores não acadêmicos, mas também leigos que pensam a história a seu modo.

Cumpra ainda assinalar o papel assumido pela consciência histórica, segundo Jörn Rüsen (2001). Ela apresenta-se como a *suma* das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal do mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente sua vida prática no tempo, no que constitui-se em trabalho intelectual, visando tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo, com o estabelecimento de intenções e determinação de objetivos.

Dessa forma, a narrativa histórica torna-se o instrumento onde as tais operações mentais constitutivas da consciência histórica são sintetizadas em uma unidade estrutural. Com efeito, a narrativa histórica passa a designar o resultado intelectual mediante o qual, e no qual, a consciência histórica se forma, e por conseguinte, fundamenta decisivamente todo o pensamento histórico, e todo conhecimento histórico científico.

Acreditamos que esse quadro explicativo fica mais completo caso acrescentemos o conceito de regime de historicidade, conforme o compreende François Hartog (2013). Para esse historiador, o regime de historicidade é uma ferramenta heurística que cumpre a função de prover uma melhor compreensão dos momentos de crise do tempo, ou seja, quando as articulações entre o passado, o futuro e o presente perdem a sua evidência. Servindo para operar nos espaços de interrogação do tempo, a noção de regime de historicidade serve para esses momentos de ida e retorno dos tempos pretéritos.

Entendemos que essa relação entre a produção histórica em épocas diversas ajuda a compreender a questão de uma história ser realmente filha do seu tempo, e inclusive, sobre a necessidade que a história mantém quanto a ser constantemente reescrita, o que põe em relevo duas categorias meta-históricas cunhadas por Koselleck.

De acordo com Reinhart Koselleck (1992 e 1993), o horizonte de expectativas alinha-se com o campo de experiência na qualidade das metáforas temporais, segundo esse autor, a única forma possível de expressar-se o tempo. O campo de experiência e o horizonte de expectativas distinguem-se sobretudo pela presença do passado ser diverso da presença do futuro, sendo a experiência procedente do passado espacial, por estar reunida, formando uma totalidade na qual estão presentes muitos estratos de tempos anteriores, sem referência nestes do seu antes ou do seu depois. O horizonte de expectativas seria a linha atrás da qual se abre, no futuro, um novo espaço de experiência, que ainda não pode ser contemplado. Na modernidade, a aceleração temporal contribuiu para que a História deixasse seu posto de *historia magistra vitae*, ou seja, a referência na qual tudo que viesse a ocorrer seria mais ou menos semelhante ao que havia se dado no passado.

A aproximação das agendas de pesquisa entre as universidades brasileiras, européias e norte-americanas renovaram radicalmente o entendimento acerca dos

tempos pretéritos, com especial destaque para o período colonial, baliza temporal que anteriormente havia sido percorrida pelos cultores de uma história de matiz tradicional, nacionalista e romântica, a qual prezou por apresentar o panteão de heróis de uma elite proprietária, branca e cristã, história na qual os laços de união que permitiriam pensar a formação da nacionalidade foram, de certa forma, forçados sob o viés de uma união sagrada entre irmãos de uma mesma nação. Então, uma galeria de ‘varões de Plutarco’ obscureceu, face à restrição sutilmente imposta na ribalta histórica, o protagonismo de alguns atores históricos, como negros, índios, mestiços, mulheres e trabalhadores. Ora, essas considerações põe a claro os limites do uso dos livros didáticos como instrumentos pedagógicos exclusivos, conforme observou Circe Bittencourt (2008, p. 117). No entanto, e o que nos parece paradoxal, porém alvissareiro, é que os referenciais que moldam o currículo formal, ou normativo das escolas, que afinal é criado pelo poder estatal, poderão vir a interferir positivamente naquilo que acaba efetivamente sendo realizado em sala de aula. Assim, chamamos atenção para as possibilidades abertas pela transversalidade – ou seja, a exploração dos temas transversais no ensino da história – conforme constantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) para o ensino de História (BRASIL, 1997). As possibilidades normativas desse documento poderão, desde que observadas as instruções do temas transversais, convergir com as potencialidades epistemológicas resultantes das novas abordagens historiográficas, passando a iluminar novos atores localizados na base da sociedade, revelando com isso, sua capacidade de apresentarem-se enquanto sujeitos da História, e portanto, construtores da nacionalidade, em um movimento de revalorização das ações pretéritas de negros, índios, mulheres e trabalhadores. Portanto, uma história que permita ser identificada como ‘filha’ do seu tempo, e de complexão mais associada organicamente ao cidadão comum.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em momento de globalização assimétrica, torna-se de fundamental importância que ocorra um fundamentado debate nos ambientes escolares que demonstre que, há séculos, foi possível que uma ‘nobreza da terra’ participasse ativamente da governança de um imenso império ultramarino, e que, para exemplificar, os negros escravizados não serviram unicamente como força bruta aos esforços colonizadores, mas atuaram com seu conhecimento de mestres da siderurgia, da agricultura tropical e da pecuária extensiva, ou ainda, que a mulher, negra, branca ou indígena, desempenhou um papel de fundamental importância na expansão ultramarina ibérica, conforme demonstraram as pesquisas seminais de historiadores como Charles Ralph Boxer, A.J. R. Russel-Wood e Antonio Manuel Hespanha, entre outros. Contudo, o conhecimento histórico somente será apreendido enquanto algo valorizado, caso seja estimulada no público escolar a instigante reflexão que, assim defendemos, deve existir acerca da produção de um tipo de memória que os faça sentir-se enquanto herdeiros, ainda que distantes,



daqueles sujeitos populares da cena histórica.

Dar vez e voz àquelas personagens históricas apartadas dos espaços de determinação do poder corresponde a fazer com que o público discente venha também a se perceber na condição de portador da capacidade de agenciamento, e de construção da história. Importará ainda no reconhecimento que as suas vidas, e por extensão, a memória coletiva do grupo étnico e social ao qual pertencem, constituem-se em elementos fundamentais, pois tornados pela conscientização e ação coletiva, participantes ativos das lutas populares de memoráveis jornadas do passado.

É recomendável que tal memória apareça como uma espécie de suma de saberes e fazeres de relevo e importância social, os quais possam surgir como uma espécie de território comum, ou ainda, como uma zona de interseção temporal, entre o presente e o passado, entre a história do seu povo e as suas responsabilidades futuras, retirando-os da espécie de presente contínuo ao qual se referiu Hobsbawm, e conseqüentemente, tornando inequívoca a sua condição de sujeitos conscientes e partícipes da construção da civilização, tornada seu patrimônio comum.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. V. 4. Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Dos “Estados nacionais” ao “sentido da colonização”: história moderna e historiografia do Brasil colonial. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca(orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 67-87.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC, 1997.

BOXER, Charles Ralph. **A mulher na expansão ultramarina ibérica: alguns factos, ideias e personalidades (1415-1815)**. Lisboa: Horizonte, 1977.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Edusc, 2002.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos *Annales* à nova História**. São Paulo: Ensaio, 1992.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História II**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 13.ed. Campinas: Papyrus, 2011.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2.ed. São Paulo:

Companhia das Letras, 1995.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Estudos históricos: Rio de Janeiro, v.5. n. 10, 1992, p. 134 – 146.

\_\_\_\_\_. **Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos**. Paidós: Barcelona, 1993.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RUSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história** (os fundamentos da ciência histórica). Brasília: UNB, 2001.

VEYNE, Paul. A história conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: novos problemas**. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 64-88.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação Penal 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67  
Amarração 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35  
Análise de políticas públicas 187  
Anarquismo 176, 177, 178, 182, 184, 185  
Anarquista 176, 177, 178, 179, 181, 182, 185  
Araguaia-Campo Sagrado 157

### B

Branquitude 198, 199, 200, 201, 202, 206

### C

Caricatura 217, 219, 220, 227  
Caridade 110, 114, 115, 117, 118  
Carnaval 1, 3, 4, 5, 6, 9  
Ceará 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36  
Colonização 19, 39, 80, 82, 83, 84, 93, 119, 124, 128, 133, 134, 136, 146, 199, 202, 215  
Crise 112, 145, 176, 179, 181, 185, 213, 217  
Crítica da Economia Política 13, 24  
Cultura histórica 208, 210, 212

### D

Democracia 9, 10, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 194, 211  
Discurso Econômico 13, 14, 23, 24

### E

Economia Política 13, 18, 21, 22, 23, 24  
Educação 37, 43, 44, 45, 78, 79, 96, 102, 106, 108, 115, 119, 126, 136, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 211  
Educação patrimonial 108, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156  
Encantaria 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94  
Ensino de História 1, 4, 43, 44, 106, 107, 215  
Escola de samba 1, 3, 4, 5, 6

### F

Filme 157, 159, 166, 169, 175

### G

Golpe 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 211  
Guerra do Paraguai 217, 219, 220, 227

Guerrilha do Araguaia 157, 158, 161, 164, 175

Guia básico de educação patrimonial 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

## H

História da Educação 187, 191, 195, 201

História do Brasil Colonial 119

História do Direito 58, 63, 64, 65, 67, 68

História do Processo Penal 58, 63

História local 95, 148, 156

Historiografia 4, 25, 28, 37, 62, 63, 112, 136, 137, 141, 144, 162, 179, 208, 212, 215, 217, 220

## I

Identidade 3, 5, 6, 7, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 48, 49, 70, 72, 73, 78, 96, 97, 98, 104, 118, 175, 198, 199, 209, 210, 215

Ideologia 13, 14, 15, 17, 20, 23, 24, 27, 32, 113, 116, 117, 178, 199, 203, 216

Indígenas 3, 9, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 183, 199, 202

## J

Judith Butler 70, 71, 73, 75, 77, 78, 79

## L

Legislação 60, 66, 133, 139, 141, 142, 187

Lulismo 187, 188, 189, 191, 194

## M

Maranhão 25, 32, 34, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 119, 144, 145

Matéria Cavaleiresca Alemã 80

Memória 4, 36, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 85, 86, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 108, 109, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 167, 169, 172, 174, 175, 212, 214, 215, 220, 227

Michel Foucault 70, 71, 72, 74, 78

Missão 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 131, 143, 144, 192

## N

Negociações 38, 39, 58, 63, 64, 66, 67

## O

Ordem de São Francisco (OFM) 119

## P

Periódicos 28, 31, 65, 98, 180, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Pesquisa 25, 28, 37, 38, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 66, 72,

92, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 148, 150, 158, 164, 174, 176, 178, 180, 184,  
185, 187, 188, 192, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 208, 213, 217, 227

Piauí 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36

Pobreza 110, 111, 113, 114, 116, 177, 189, 190

Política Educacional 187

## R

Racismo 7, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 212

Regime militar 9, 10, 157, 158, 164, 174

## S

Samba enredo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11

Subjetividade 198, 200

## T

Teoria Queer 70, 71, 72, 73, 75, 78, 79

Transição ao capitalismo 13

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**